

Discurso: estrutura e acontecimento. Uma avaliação teórica Discourse: structure and event. A theoretical evaluation

Maria Marta Furlanetto*

RESUMO: Neste ensaio, focalizo as categorias *estrutura* e *acontecimento* no aparato da Análise de Discurso, disciplina iniciada por Michel Pêcheux, que estabelece um novo objeto no campo de estudos da linguagem. Para isto, retomo historicamente os passos de Pêcheux na construção e deslocamento de categorias fundamentais da teoria, considerando os campos que pôs em contato. Defendo uma abordagem desses componentes em conformidade com os últimos estudos de Pêcheux, apresentando argumentos para considerar a relação estrutura/acontecimento como um princípio da teoria, em vez de uma possibilidade entre outras de construir a discursividade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Estrutura. Acontecimento. Crítica.

ABSTRACT: In this essay, I focus on the categories *structure* and *event* in Discourse Analysis theory, a discipline started by Michel Pêcheux, establishing a new object in the field of language studies. For that, I historically retake Pêcheux's steps related to construction and displacement of some fundamental categories of the theory, taking into consideration the fields that he has put in touch. I advocate an approach of these components in accordance with Pêcheux's latest studies, presenting arguments to consider the relation structure/event as a principle of the theory, rather than a possibility among others to build the discursivity.

KEYWORDS: Discourse. Structure. Event. Criticism.

*Os grandes pensadores são um tanto sísmicos,
não evoluem, procedem por crises, por choques.
(Gilles Deleuze, O mistério de Ariana)*

1. Introduzindo

Como disciplina fundadora de uma discursividade, a Análise de Discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux produziu ruptura relativamente a várias abordagens linguísticas no final da década de 1960. Conforme Guilhaumou e Maldidier ([1990] 1994), encontravam-se à época estas abordagens de caráter linguístico:

a) *linguística do discurso*, que corresponde ao tratamento do plano do discurso conforme a perspectiva de Benveniste, que privilegia a apropriação da língua por um sujeito falante;

* Doutora em Linguística Aplicada. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

b) *formalismo*, para o qual a “intrusão” do sujeito cria dificuldades teóricas no estudo linguístico;

c) *gramática do discurso*, que estende os procedimentos gramaticais para além da frase (processos transfrásticos).

Nos limites da linguística e da história, a nova disciplina busca observar o discurso no encontro de processos próprios à língua e de processos externos ligados à história: a determinação histórica é constitutiva desse objeto singular, ultrapassando as questões linguísticas e investindo no caráter político e ideológico do discurso.

Depois de um curto período de grande turbulência – pouco mais de dez anos, desde o final dos anos 1960 até 1983, limite das últimas produções de Pêcheux – nos vemos frente ao último trabalho do fundador, em que ele propõe um desafio a seus seguidores. Meu objetivo é refletir sobre esse trabalho, e para efetivá-lo retomo historicamente os passos de Pêcheux na construção e deslocamento de categorias fundamentais da teoria, considerando os campos que pôs em contato.

Trata-se de um gesto de leitura do que Pêcheux desenvolveu sobre a noção de *acontecimento discursivo*, na obra *Le discours: structure ou événement?*¹. O tema tornou-se bastante complexo tendo em vista a ocorrência de certas perspectivas abertas pela adjunção, a *acontecimento*, de especificadores: acontecimento histórico, acontecimento enunciativo, acontecimento linguístico, sem esquecer que não podemos silenciar na memória a presença de Foucault e de Benveniste. Procuro, então, rever o que possa ser configurado como repetições, deslizamentos, deslocamentos, tendo como perspectiva o jogo estrutura/acontecimento. Pêcheux nos forneceu indícios de como dar continuidade a seu percurso, trabalhando a memória da análise de Discurso (AD) – esse acontecimento discursivo que constituiu como objeto o discurso como prática simbólica.

Para começar, relembro que, em *A linguagem e seu funcionamento*, na apresentação feita à 1ª edição, de 1983, Orlandi (1987, p. 9) escreve que “aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambiguidade do que muda e do que permanece.” Reiterando:

Nos estudos discursivos [...] procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e

¹ Comunicação apresentada por Pêcheux em colóquio da Universidade Urbana-Champaign (Illinois – USA) em julho de 1983, e cuja versão francesa não foi revista para publicação, conforme explicitado em Maldidier (1990, p. 303).

acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (ORLANDI, 1999, p. 19)

todo discurso é um deslocamento na rede de filiações, mas este deslocamento é justamente deslocamento em relação a uma filiação (memória) que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido. [...] Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução. (ORLANDI, 1996, p. 92-93)

Orlandi destaca o *funcionamento*. O que supre a estrutura de movimento é o fato de ocorrer alguma coisa no registro do histórico: acontecimento. Contudo, tem-se observado que os pesquisadores, sem abandonar o termo ‘acontecimento’, têm analisado o evento/acontecimento com matizes, o que levanta reflexões adicionais, mostrando o quanto a interpretação e subsequente direcionamento muda também a abordagem. Destaco, a partir do último recorte acima, que a autora diz que não há necessariamente um sentido “novo” a cada acontecimento, uma franca ruptura; a própria repetição, como retorno e interpretação, contudo, abre a possibilidade de deslocamento. “Onde está o mesmo, está o diferente.” (1996, p. 93).

Para desenvolver minha reflexão, que fica aberta a réplicas, revisito Pêcheux em seu percurso teórico e releio e considero trabalhos de analistas sobre o tema, para, ao final, buscar eventuais direções de pesquisa nos estudos discursivos.

2. Revisitando Pêcheux

Retomei o texto *Le discours: structure ou événement?*² na edição francesa³.

Encontra-se ali (PÊCHEUX, [1983] 1990c, p. 304): "Para entrar na reflexão que empreendo aqui com vocês, sobre o discurso como estrutura e como acontecimento, imagino diversos caminhos muito diferentes." Pêcheux diz *e*, não *ou* – *ou* aparece no título, porém orientado para um questionamento. Ele decide, ao final, entrecruzar tais caminhos – o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação, supondo a possibilidade de ajuste de uns a partir dos outros.

Em seguida, apresenta o já clássico exemplo do enunciado “On a gagné”/ “Ganhamos” como uma proferição coletiva relativamente ao resultado inédito das eleições presidenciais de 1981 na França: a escolha de François Mitterrand. Pêcheux repete que o fato de Mitterrand “ganhar” as eleições e tornar-se presidente da República é um acontecimento (histórico, no

² O título em português silencia o ponto de interrogação.

³ Os trechos citados foram traduzidos por mim.

caso), que é apresentado por ele, observando a maquinaria midiática, como “resultado de uma supercopa de futebol político”. Tratava-se também de um “acontecimento improvável”⁴ – os acontecimentos tratados como tais têm, em geral, uma carga de improvável – e que havia começado antes: estava se prefigurando discursivamente, tinha uma memória, assim como teve repercussão na circulação. Pêcheux destaca, é verdade, que o enunciado-chave (*Ganhamos*) é opaco em sua formulação pela própria composição linguística, em sua montagem estranha, digamos, ao campo político, passando-se a uma interpretação político-esportiva daquele evento. Pêcheux entende, pensando as relações entre o funcionamento da mídia e o da classe política, que o esporte aparece com “limpidez” “como a metáfora popular adequada ao campo político francês” (1990c, p. 308). Prenunciava ele uma “invasão” no que era admitido como constituindo uma formação discursiva?

Seria essa metáfora que imprimiria o caráter de *acontecimento* ao discurso, pelo fato de figurar (corporificar) a intersecção de fronteiras de arquivos? No entanto, se em 1981 isso ocorre, dois anos depois, em citação do próprio Pêcheux, Jacques Mandrin questionará o “ganhamos”, lembrando que já em 1936, em outro evento, o mesmo grito se produzira, os mesmos discursos surgiram. Ou seja: em 1981, o “ganhamos” já produzira efeitos e já se incorporara ao político. Por que haveria aí um acontecimento discursivo? Quero dizer, na suposição de que o acontecimento só se concretizasse sob a restrição de que um campo outro penetrasse, pelo movimento coletivo, num campo específico – no caso, o da política –, o que demonstraria um deslocamento, uma não reprodução de elementos do campo próprio da política naquele momento histórico (os slogans anteriores não teriam essa aparência, já estariam agregados ao campo político).

Se o exemplo detalhado por Pêcheux parece sugerir essa interpretação, a exploração subsequente do autor não é tão específica: “A partir do exemplo de um acontecimento [histórico], aquele de 10 de maio de 1981, a questão teórica que levanto é, pois, aquela do estatuto das discursividades que atravessam um acontecimento [histórico], entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas.” (p. 313). Parece não haver dúvida de que ele remete a “estrutura” e “acontecimento”, e que as duas categorias estarão presentes, amalgamadas. Cabe, ainda,

⁴ Poderíamos, na atualidade, associá-lo à improvável escolha de um cardeal argentino para ser papa da cristandade católica, em 2013, após a renúncia de Bento XVI. O acontecimento discursivo não é esse evento em si, mas sua “prefiguração discursiva” e seu desdobramento discursivo, o que daria um nicho no espaço mediano: o acontecimento histórico propriamente.

observar a premência de aceitar que o não logicamente estável não é “um defeito, um simples furo no real” (1990c, p. 314). Esse “real” é o que é, e lidamos com ele de formas diversas, mas sempre simbolicamente, dando-lhe um revestimento aparentemente estável ou opaco.

Vemos aí que o acontecimento de caráter histórico não é o próprio foco (*discursividades que atravessam...*), mas o que o denuncia discursivamente e o como de sua repercussão em espaços variados (ou arquivos), ou seja, não é um mero referente com existência própria, indiscutível, estruturado. Ele precisa ser registrado, cartorizado. Por outro lado, o que já existe na formulação política também foi atravessada continuamente no passado. Não se trata do discurso (político) em si, mas do que representa e o que se dá a ver quando se oferece *resposta* a ele, em contínua interpretação. A aparência de estabilidade é a imagem de uma sincronia, um ponto fugidio no espaço-tempo.

Finalmente, marcando o trabalho específico da descrição (estrutura) e da interpretação (acontecimento) em franca tensão, pela qual se mostra que o discurso outro (heterogeneidade enunciativa) está virtualmente presente numa sequência e insiste sobre a materialidade discursiva, Pêcheux dirá que o acontecimento resulta de uma memória e de uma atualidade. Todo discurso, bastando para isso que exista,

marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes [de memória] e trajetos [sociais]: todo discurso é o índice potencial de uma mexida nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui simultaneamente um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento em seu espaço [...] (PÊCHEUX, 1990c, p. 322-323).

Além de formular “todo discurso” e de salientar a possibilidade de se asfixiar o acontecimento na estrutura da série em que aparece, por que Pêcheux escreveria “Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso” (p. 322), em contraposição à possibilidade de ele emergir do quase nada (para dar valor ao não logicamente estável)? É que toda manifestação discursiva é prenhe de alteridade, não pode escapar à heterogeneidade constitutiva: tem um antes (memória), uma atualidade (o que emerge) e um depois (seu desdobramento reativo).

Não está dito ou presumido que o acontecimento é um fato raro. Neste ponto, ocorreu-me pensar em microacontecimentos e macroacontecimentos, como polos de uma série em gradação nuançada. Ao salientar filiações (memória), de um lado, e deslocamento de outro lado, Pêcheux parecia mais voltado ao processo de circulação discursiva em grande escala com farta

produção de efeitos de sentido, em contraponto ao logicamente estabelecido. Assim, estaria menos inclinado a fazer contraste entre acontecimento e ausência de acontecimento. Não me parece razoável que acontecimentos improváveis, como no caso analisado, possam produzir efetivamente metáforas transfiguradoras, e que, em correspondência invertida, acontecimentos previsíveis não possam fazer emergir tais efeitos. Afinal, há prefigurações na memória. Entendo que se trata mais de uma questão de grau, de possibilidades de circulação em espaços heterogêneos cujo cruzamento produza trajetórias excepcionais, conjugando o estabilizado e o instável e opaco. Aliás, Foucault prefigura essa perspectiva, na medida em que uma análise discursiva não pode reduzir o enunciado (nó numa rede) ao linguístico, ao sistema. Ele deve ser tratado como “irrupção histórica”.

Abro parêntese: Baronas e Aguiar (2009, p. 167), num estudo do tema (acontecimento histórico/acontecimento discursivo) voltado para a análise do político na charge, destacam a perspectiva de Pêcheux

de pensar por um lado o discurso como uma materialidade igualmente constituída por uma estrutura e por um acontecimento e, por outro, que esse *estruturamento* discursivo se dá sempre não na estabilidade da veiculação de valores ideológicos, mas, principalmente, na instabilidade produzida pela tensão, pelo conflito, pelo contínuo atravessamento de/entre esses valores.

Estruturamento é a palavra-valise que os autores propõem nesse texto, mostrando a natureza dual e tensiva do discurso. A questão refletida nisso, posta por Pêcheux, remete ao estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento (alteridade), umas aparentemente estáveis e objetivas (como se cercassem o real), outras atravessadas pelo equívoco.

Como o movimento de interpenetração de campos é a regra (sobretudo com a proliferação de agentes midiáticos), não parece impressionante tomar o *acontecimento* como algo teoricamente relevante, se for apenas no sentido de vinculá-lo a uma ocorrência esporádica. A discursividade afeta pessoas. Assim, julgo pertinente tomar o acontecimento por sua capacidade (maior ou menor) de produzir respostas e interpretações. Se é pertinente chamar isso de *acontecimento*, então reconhece-se que só aí a análise é interessante, não quando o *mesmo* (repetível, parafrástico) se desenrola sem aparente surpresa. Porém, se a falha ou equívoco é fatal, basta tomar o conceito como princípio e estudar suas manifestações. Afinal, os sentidos são constantemente administrados e domesticados (manuais, regimentos, resoluções, programas, leis...). A outra face disso é a proposta de criação de níveis (numa

ordem superior) para os acontecimentos: linguístico, enunciativo, discursivo, buscando-se categorizar as possibilidades de interpenetração e efeitos sociais nas práticas – se isso fizer sentido.

Penso, por hipótese, que há acontecimento discursivo interno (admitindo-se uma memória em permanente atualização) e acontecimento discursivo externo, sendo este mais interessante por sua maior complexidade: uma forma de integração e administração da alteridade – como se vê com a formulação da heterogeneidade enunciativa, conforme Authier-Revuz (1984) – de que a heterogeneidade discutida por Pêcheux é tributária. Fecho parêntese.

O que Pêcheux mostrou com o exemplo de “Ganhamos” parece relativamente simples (mas também necessário⁵): o povo fez circular a fala de seus espaços de convivência; interpretou em seus termos o evento. Afinal, “ganhar” já era polissêmico. E a mídia, por sua vez, viu o evento como campeonato, como um show. Por que seria importante o evento de reagir em seus próprios termos, considerados adequados na situação? Para mostrar o heterogêneo, o princípio da alteridade, do jogo entre estrutura e acontecimento. Tratava-se também de um prenúncio, creio, de que a noção de formação discursiva estava sendo questionada (memória da AD em movimento).

Por isso, talvez haja razão em se tentar expandir o espectro da noção de *acontecimento*, sustentando apenas que ele se torna presente pela proliferação de respostas discursivas que vão produzindo cruzamentos e interseções. Para o povo que reagiu com “Ganhamos”, a formulação “não política” seria a perspectiva esperada. É sua interpretação daquilo que o afetaria (contra o silêncio dos insatisfeitos).

Em *Especificidade de uma disciplina de interpretação* (PÊCHEUX, [1984], 2011b, p. 229) vemos o autor, ao referir-se à intertextualidade e à interdiscursividade como condição de produção da interpretação dos discursos – tendo já incorporado a noção de heterogeneidade enunciativa –, destacar como isso contribuiu “com o estudo dos *efeitos de mudança*” produzidos pela circulação desigual dos enunciados. No caso de “Ganhamos”, a mudança não está nessa manifestação em si; ela apenas atua posteriormente no discurso político (político-esportivo, diz Pêcheux), mas talvez nem isso, visto que não era uma absoluta novidade no campo político. Sua qualificação era o fato de ser aparentemente estável e profundamente opaco.

⁵ Note-se que estamos mais de trinta anos distantes de sua formulação.

Em *Metáfora e interdiscurso* (PÊCHEUX, [1984] 2011a), ao desenvolver o tema da *produção discursiva de um enunciado*, o autor levanta algumas questões teóricas, ou seja, dificuldades para o estudo caso se tomasse o sujeito como ponto de partida evidente:

1. Assume que as teorias científicas “se estabelecem sempre sobre uma rede metafórica que lhes serve de apoio”, e não meramente no espaço de um discurso lógico; é uma forma de dizer que a cientificidade é um efeito de sentido⁶;

2. Com respeito à referência, diz que a questão de sua realidade é “colocada em suspenso” em muitos efeitos discursivos, p. ex. o boato e as narrativas de ficção.

Conclui que a discursividade não se constrói com regras semânticas e pragmáticas já disponíveis, e que a filosofia já colocara em causa a noção de sujeito-origem. Ele retoma, pois, a noção de assujeitamento ao discurso – efeito-sujeito. Assim, o tema terá de desdobrar-se buscando-se “as formas de existência histórica da discursividade” (p. 156). Nesse contexto, o interdiscurso aparece como um espaço de contradições, e não um espaço integrador, e como tal permite o surgimento da metáfora:

é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, [1984] 2011a, p. 158, grifos do autor)⁷

A metáfora, então, implicada na discussão do *acontecimento* tal como desenvolvido acima, é explicada por Pêcheux como “uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma” (p. 160, grifo do autor). Ao lado dela e em correspondência, a metonímia valeria como “uma tentativa de ‘tratar’ esta perturbação, de *reconstruir* suas condições de aparecimento” (p. 160, grifo do autor). Pode-se expressar isso dizendo que a metonímia é um fenômeno de vizinhança, de familiaridade, e a metáfora, uma importação que produz estranheza. Não esqueçamos, contudo, que não se trata de “furo no

⁶ A propósito, cf. o estudo de Oliveira (2010): *La métaphore est-elle la marque de l'insuffisance de l'esprit?* A autora discute o que seria uma metáfora em língua de especialidade. Entre as muitas formas de cercá-la, afirma que a metáfora é uma ponte entre o inconsciente e o consciente.

⁷ Causa estranheza que neste texto publicado em 1984 ainda apareça a noção de formação discursiva; não há informação do ano de sua escritura. Em todo caso, em sua relação com o interdiscurso, o que Pêcheux salienta é que a referência discursiva de objetos, construída nas regiões que chama de formações discursivas, não tem nenhuma delas como origem. É a partir desse ponto que surge a citação que apresento.

real”, como já observado. O real se simboliza para tornar-se materialidade de discurso. O real não é descoberto: nós nos vemos frente a ele, e ele pede interpretação.

Ao falar, de modo focado, no *acontecimento*, que presume histórias singulares e faz contraponto com a estrutura, Pêcheux estava enfrentando um momento de torção em sua trajetória – daí a insistência e daí também, talvez, a escrita-programa, que precisaria ser movimentada com urgência. De fato, a Análise de Discurso precisava ser desconstruída/reconstruída: a teoria, a metodologia, os objetos de estudo. Não pode dar-se como *estruturada*.

Isso também está destacado em outro dos últimos textos de Pêcheux: *Lecture et mémoire: projet de recherche* ([1983] 1990a, p. 289, grifo no original, tradução minha), em que ele vê a memória numa perspectiva sócio-história, insistindo

na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos constituindo o espaço de memória da sequência. O termo *interdiscurso* [inclusive o *conversacional*, lembra Pêcheux] caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que essa materialidade intervém para constituí-la.

A língua natural, nos espaços que ele chama “discursividades de segundo tipo” – universos discursivos não estabilizados logicamente (filosofia, política, estética, registros quotidianos) –, se oferece como “o espaço privilegiado de inscrição de traços languageiros discursivos, formando uma memória sócio-histórica” (p. 289), um corpo discursivo objeto para a análise de discurso, em reconfiguração permanente, disponível para leitura interativa em vários níveis: sintático, lexical, enunciativo, discursivo. O campo da leitura de arquivo e o da análise linguística do fio do discurso (conexões intradiscursivas) estão ambos implicados na tarefa de análise de discurso – isso tudo implicado no fenômeno da presença do discurso outro (heterogeneidade).

Em *Papel da memória*, apresentado num colóquio da Escola Normal Superior de Paris (PÊCHEUX [1983] 1999), há outra observação pertinente para esta discussão⁸. Nessa exposição, Pêcheux fala do “processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (p. 50), e intervém detectando que

a) há acontecimentos que não chegam a inscrever-se no espaço de memória;

⁸ Aqui Pêcheux também discute o estatuto do icônico e do gestual em termos combinatórios, mas isso ficará de lado no momento.

b) há acontecimentos que são absorvidos na memória, como se não tivessem ocorrido.

Mais genericamente, o que está em questão é o nó entre a “memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (p. 52). Assim, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um *texto que surge como acontecimento a ler*, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (p. 52, grifo meu). Convém notar que, nesse texto, ele se pergunta se os implícitos seriam um registro do oculto, algo resguardado num fundo de gaveta. Ele admite, seguindo Pierre Achard, que haveria uma “regularização” formada pela repetição que se sedimentaria e tenderia a formar uma “lei da série do legível” – regularização, entretanto, que pode “ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (p. 52). Embora a memória tenda a absorver o acontecimento (deixa, então, de ser acontecimento?), este pode provocar ruptura na regularização para produzir outra série como produto do acontecimento (é só aqui que se deve usar o termo ‘acontecimento’?). Nesse caso, diz Pêcheux, o acontecimento “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.” (p. 52). Há acontecimento em toda parte, embora eles possam ser sufocados, negados ou esquecidos.

Sob o choque do acontecimento, diz Pêcheux, haveria um jogo de força na memória:

a) no sentido de manter a regularização já existente, que pode levar à absorção do acontecimento, negando sua alteridade – a identidade do arquivo se mantém, sob o conforto da estabilidade (ou da aparência?);

b) no sentido de desregular, o que significa um choque com os implícitos (a memória) – a identidade anterior sofre fissuras. Produz-se, no mínimo, um sintoma de algo a vir⁹. Neste caso há uma circunstância a considerar (Pêcheux remete a Jean-Marie Marandin): o jogo da metáfora, que não deixa de ser uma repetição (da memória), marca-se como “repetição vertical”, e a memória fica perfurada. Entendo que foi o que verificamos com o exemplo de *Ganhamos*. O que não fica em dúvida é que há efeito de opacidade (o mesmo – a metáfora).

Se Pêcheux remete a todos esses pontos é que está em jogo, para ele – e, por extensão, para o campo teórico –, o distanciamento das evidências (conceito de proposição, de frase, de paráfrase). E ele também aponta os gestos de designação antes que diretamente aquilo que é designado, como algo que teria existência indiscutível. Cabe observar ainda “o choque opaco

⁹ Neste ponto podemos relembrar o filme *O ovo da serpente*, de 1977, dirigido por Ingmar Bergman. Manifesta-se ali uma espécie de memória fundadora da força e do poder do nazismo.

do acontecimento televisual” (p. 55) e das imagens em geral relativamente ao texto, de que Pêcheux deu exemplo com a vitória de Mitterrand nas eleições de 1981. A partir daí, ele conclui tentando dar imagem à memória como um espaço não homogêneo, eventualmente polêmico: o outro está, e não como intruso, no espaço da memória, “marca do real histórico”. A memória já é um tecido esgarçado, no qual, facilmente, podem aparecer sintomas.

Achard ([1983] 1999) finaliza seu texto, na mesma obra, ressaltando que o analista de discurso, como sujeito histórico, desloca-se em relação ao modelo, ou seja, à hipótese de sujeito histórico que construiu. Como tal, quer explicar como a memória suposta pelo discurso se constrói na enunciação, enunciação que não vem diretamente (historicamente) de um locutor, mas de um espaço que regula a retomada e a circulação do discurso.

Sobre a fuga de Pêcheux ao estrutural, faço um segundo parêntese para buscar Barthes: ele aproxima a discursividade ao que chama Texto (com maiúscula) – e tem uma percepção de estrutura como “ideia paradoxal”. *Da obra ao Texto* é um pequeno ensaio de 1971. Desejo apenas oferecer uma analogia (atravessando regiões).

Em síntese, obra é concretude, fragmento que ocupa uma porção do espaço dos livros; é vista, pode ser segurada; está localizada; apresenta-se numa hierarquia; traz uma unidade organizada, com significado; é tomada num processo de filiação legitimada (o autor é pai e proprietário); é objeto de consumo; o prazer que pode provocar é apenas de consumo, não leva à escritura. O Texto é outra coisa: um campo metodológico, não um objeto computável; só existe tomado num discurso, em produção; tem um movimento constitutivo: é *travessia*; implica uma experiência do limite (limite das regras enunciativas); leva ao jogo, à liberação da energia simbólica; é estruturado, mas descentralizado, sem fechamento; é irredutivelmente plural, passagem, heterogeneidade; não tem origem, pode ser lido sem a garantia do Pai; é jogo, trabalho, produção; tende-se a abolir a distância (construída historicamente) entre a escritura e a leitura; o leitor pode *jogar* com o texto, não apenas consumir; leva ao prazer. Ao lado disso, Barthes diz que a obra é apenas “a cauda imaginária do Texto”. Talvez se possa dizer “sintoma”.

Ao trazer o Texto ao encontro da estrutura, Barthes (2004, p. 69) diz, entre parênteses:

(notemos, para responder à suspeita desdenhosa de “moda” que se levanta às vezes contra o estruturalismo, que o privilégio epistemológico reconhecido atualmente à linguagem deve-se precisamente ao fato de termos nele descoberto uma ideia paradoxal de estrutura: um sistema sem fim nem centro).

Assim caracterizado, o Texto se me afigura como o discurso em sua qualidade de objeto de conhecimento para a AD: efeito de sentido e possibilidade de abertura e de tensão, junto com a tensão estrutural que ele traz, que me parece ser, finalmente, o que Pêcheux reconhecia na estrutura: um sistema sem fim nem centro. Era necessário efetivar essa extensão, para permitir uma passagem para a consecução do interdiscurso, emaranhado de vozes à espera de uma nova vibração: a da produção ininterrupta de sentido.

O que Barthes traz nesse texto se projeta mais adiante, na mesma linha: Gadet (1981), em *Tricher la langue* [Driblando a língua/trapaceando], fala de certo imaginário sobre a sintaxe que faz com que ela se construa por uma racionalidade impiedosa (uma armadura), que, para suportar a criatividade, precisaria ser subvertida, abalada, trapaceada. Ela lembra a ideia de fascismo da língua (por nos impor esquemas de uso) que encontramos na *Aula* de Barthes, e rebate: afinal de contas, não fazemos alguma coisa à língua, apenas nos servimos dela – e, em o fazendo, observamos que a própria língua (é o que repisa Gadet) comporta um espaço de jogo. Portanto, a relação liberdade/coerção estaria na própria ideia de jogo, entre o sistema (a estrutura) e o jogo que permite. No fundo, vejo aí Gadet confirmando o próprio achado de Barthes quando lemos nele o que ele vê no Texto.

Passo agora a alguns investimentos de pesquisadores que tematizaram o acontecimento discursivo – ou apenas o “acontecimento” –, tentando reter o fundamental de seu olhar interpretativo. Supõe-se, claro, que os textos de Pêcheux não têm a limpidez que poderíamos, como sujeitos pragmáticos, ser tentados a ver.

3. Revisitando analistas de discurso

3.1 Discurso, acontecimento e arquivo

Em *AD: Descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história* (GREGOLIN, 2006), dada a proposta de falar sobre desenvolvimentos recentes da AD e possibilidades de análise hoje, a autora comenta o *acontecimento* que produziu, em seu contexto, o enunciado analisado por Pêcheux em sua última obra; ele estaria realizando uma síntese sobre natureza, tarefas e métodos da AD. Deve-se concordar com isso.

O enunciado *Ganhamos* [*On a gagné*] seria o ponto de partida para sua retomada (repetição), seu desdobramento, adaptação e deslocamento (memória e atualidade); ele é transparente e opaco ao mesmo tempo, dadas as circunstâncias. Mas ele não é especial a não ser porque é uma reação a um contexto maior, que é o político, e no qual uma série de

enunciados profere a eleição de Mitterrand como fato histórico. Ele é, então, opaco, flutuando entre outros enunciados, nos jogos enunciativos; pode, também, sofrer apagamento, valoração, sacralização...

Qualquer enunciado, contudo, faz parte de uma série, na qual desempenha um papel no jogo inteiro da série. “O acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido. Esse projeto teórico compreende o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica.” (GREGOLIN, 2006, p. 27). Neste trecho, Gregolin está remetendo mais diretamente a Foucault, n’ *A arqueologia do saber*, mas em vista do texto de Pêcheux especificamente. É a inserção na história que está implicada nessa articulação proposta por Pêcheux: língua/história/discurso.

Na análise de Pêcheux, *Ganhamos* será percebido como uma peculiaridade no campo do político, que entrou por força da influência da mídia, transformando a política em campeonato, em show. A autora mostra que se trata, na análise, de interrogar “o estatuto de certas discursividades que trabalham um acontecimento e que cruzam sentidos logicamente estabilizados e outros, cujo sentido é polissêmico” (p. 30). Pergunta-se, então, que trajetórias (filiações) vão produzir estabilização, ou consenso, e mesmo figuras estereotípicas na memória. O discurso, diz Gregolin, é “um acontecimento que possui uma forma material”, ou seja, “essa materialidade e esse acontecimento são inseparáveis” (p. 30), dado que o acontecimento é a face histórica da materialidade linguística.

Tomando a discursividade como *acontecimento*, Gregolin repete que “o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças” (p. 32). Note-se que a autora não trata de formações discursivas na análise.

Em outro artigo – *Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido : mídia e produção de identidades* –, Gregolin (2008) retoma a noção de formação discursiva [FD] (implicada na de acontecimento, visto envolver sistematicidade e dispersão) para refletir sobre a transformação ocorrida nesse “lugar teórico”, tópico de rediscussão pelo próprio Pêcheux, a ponto de ele dispensar o seu uso no último trabalho, utilizando então as noções de redes de memória e trajetórias de sentido. Pêcheux percebe que as discursividades são múltiplas e deve realizar uma torção, mas não penso que a percepção de novos objetos de análise apenas levasse a deslocar a noção; a abandoná-la, sim. Gregolin, contudo, deseja pensar a

produtividade do conceito tendo em vista os novos meios, especialmente o espetáculo midiático, a que ela dispensa especial atenção.

Entendo que, se a noção de FD (com suas regularidades) foi um pilar do edifício teórico da AD – junto às de formação social e formação ideológica –, esse pilar acabou por desestabilizar o edifício inteiro, no jogo entre o estável e o instável, que terminou provocando em Pêcheux o reconhecimento de que, em última análise, o caminho tomado era paradoxal ao inclinar-se justamente para a fuga ao estrutural.

Gregolin repassa o primeiro movimento de reformulação (já em *Semântica e discurso*, de 1975), em que intervém a noção de interdiscurso como um manancial de memória onde “escolhas” podem/devem ser feitas para a formulação enunciativa. A FD torna-se um território heterogêneo e instável, abrigando conflitos de classe. Courtine, como destaca Gregolin, traz a perspectiva de Foucault para o interior do aparato da AD, que então incorpora as noções de acontecimento, arquivo, práticas discursivas, história (regularidade e dispersão).

Como saber, no entanto, se certa “massa de textos” remete a uma FD X? O que domina o campo das formulações é a alteridade: em algum espaço da memória, o dialogismo de Bakhtin é trazido à luz por Authier-Revuz. A radicalização desse processo sucede com o texto sobre estrutura e acontecimento, de 1983, quando Pêcheux destaca a deriva, a desestruturação-reestruturação de trajetos, deslocamentos previsíveis. É então que ele afirma que “talvez” a noção de FD esteja obsoleta. Só aí ele usa tal denominação no texto, sem propor nova formulação.

Na seção de análise de seu texto, Gregolin passa a topicalizar “arquivo” como feixes de sentido com trajetos temáticos em que os acontecimentos discursivos surgem. O conceito de FD em Foucault está amarrado ao de arquivo, e supõe a busca, entre enunciados (não necessariamente próximos), de um “sistema de dispersão”, porém com certas regularidades entre determinadas categorias. Aí se detectaria uma FD – mas isso não é um ponto de partida. Um arquivo se detecta por uma aposta...

Retorna-se de algum modo ao arquivo e à FD do programa de Foucault. Mas ela continua ali – em trajetória inversa: agora de Pêcheux a Foucault, marcando a heterogeneidade da pesquisa científica.

3.2 Leitura de arquivo

Em *Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso*, Sargentini (2006) mostra que a leitura de arquivo passou a substituir a análise de enunciados a partir de formações discursivas¹⁰. Arquivo não se oferece como mero documento para análise, mas pressupõe dispositivos e configurações que permitem ampliar o estudo do sócio-histórico associado à materialidade discursiva.

A partir de um texto de Guilhaumou e Maldidier (*Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História*), que tematizaram a questão social da subsistência na França em determinado período histórico, Sargentini observa que os autores fazem a distinção entre horizonte de expectativas (possibilidades atestadas no período em questão) “e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades”, marcada como referência. Assim, diz Sargentini (p. 41), o acontecimento discursivo é apreendido “na consistência de enunciados que se entrecruzam num momento dado. O acontecimento não é o fato como contado por um poder, nem por um historiador e nem se confunde com a notícia; ele se dá nesse entrecruzamento.” (p. 41). Em seguida, a autora relembra a análise efetuada por Pêcheux, mas, adiante, observa que as duas noções (arquivo e acontecimento) “trouxeram consigo ares de polemicidade” (p. 42), mais especificamente quanto ao método de análise de Foucault. Na AD, que passou a trabalhar com o arquivo como metodologia de coleta, tornou-se relevante “analisar a irrupção de um acontecimento”.

3.3 Acontecimento e história

Em *A noção de acontecimento*, Possenti (2009) afirma que a AD não deu ao acontecimento lugar privilegiado, parecendo haver mais preocupação em detectar o repetível num arquivo (ou FD), suas regularidades¹¹. Pode-se dizer que o texto de Pêcheux sobre estrutura e acontecimento representou uma inflexão necessária para destacar a impossibilidade de regular/estruturar tudo.

¹⁰ Esse “passou a substituir” não significa que a noção tenha sido absorvida pela memória; pelo contrário, o uso dessa categoria continua atual em nosso meio.

¹¹ Maldidier (1993, tradução minha), comentando o percurso de Pêcheux, diz: “A AD, mediante a construção de seus *corpora* e o lugar metodológico dado à paráfrase, estava voltada à repetição, ao mesmo e ao homogêneo. Ela deve, daí em diante, dar primazia ao *outro* em detrimento do *mesmo*, ou seja, trabalhar a heterogeneidade.” Isso significa abrir-se para novos trajetos nas redes que constituem os enunciados.

Possenti elege a categoria “história”, embutida no programa da AD, como possibilidade para repensar a noção de acontecimento. Para isso, selecionou um historiador, Peter Burke, e Foucault em sua percepção da história.

Em Burke, Possenti reviu um dilema (falso) que dividia sociólogos e historiadores: tratar das estruturas ou dos acontecimentos? Burke dialetiza essas duas posições, mostrando um renascimento da narrativa (entenda-se: acontecimento) na história. Ele sugere o abandono do modelo de narrativa do século XIX, em proveito daquele de autores modernos (Proust, Joyce, Huxley, Kafka). Uma das apostas seria fazer uma narrativa histórica a partir de vários pontos de vista, coletivos ou individuais.

Um segundo ponto-chave para o historiador e para os analistas de discurso é a impossibilidade de reproduzir fatos ou acontecimentos: toda a história, em última análise, é feita de narrativas, e narrativas são perspectivadas¹². Por outro lado, para os defensores do caráter estrutural, uma recomendação seria a densificação da narrativa (descrição precisa e concreta de práticas, por exemplo). Também há historiadores que trabalham em micronarrativas, elegendo figuras do povo em casos específicos, com uma ambição maior: detectar o peso de uma estrutura social, política, econômica, moral...

Sobre a perspectiva histórica em Foucault¹³, Possenti diz que se trata, nesse pensador, de “mostrar que o estruturalismo não se opõe à história, mas tem com ela uma relação específica, e até produtiva” (2009, p. 123), uma vez que há métodos que permitem rever a noção de acontecimento no contexto da história. Ele quer promover a história como análise de transformações que as sociedades realizaram em seus fundamentos, determinando que suas categorias fundamentais seriam “a mudança e o acontecimento”, não mais o tempo (a cronologia) e o passado (cf. também LE GOFF, 1990). Em outras palavras, trata-se de manipular e tratar documentos em série para aí detectar acontecimentos que de outra forma permaneceriam ocultos. É um trabalho que, a partir do mais visível, reconheceria várias camadas de acontecimentos aparentemente invisíveis.

O acontecimento fundamental nem sempre seria aquele plenamente visível (um manifesto, um programa de governo, uma proposta política). A questão, pois, na AD, não seria apenas a possibilidade de um acontecimento levar a uma retomada ou repetição (estrutura): “poderíamos considerar como acontecimentos discursivos – e não apenas como reformulações

¹² Isso está bastante destacado em *História e memória*, obra de Le Goff (1990).

¹³ O texto de Foucault a que Possenti remete é *Retornar à história*, parte de *Ditos e escritos II*.

ou novas enunciações do mesmo, isto é, apenas como discursos – por exemplo, o estruturalismo, o feminismo, o nacionalismo etc.” (POSSENTI, 2009, p. 125). *Feminismo*, por exemplo, poderia envolver um evento como acontecimento discursivo que presumiria um grande arquivo histórico a respeito – uma memória – organizado em todo tipo de suporte e gênero; em outra camada, mais interna, aparece um discurso do corpo, da sexualidade, da saúde, da vida conjugal; um discurso sobre o trabalho feminino etc. em camadas superpostas, que envolveriam também textos sobre humor.

Sobre acontecimentos menos ou mais visíveis, isso poderia ter uma relação ao tempo e à memória (ativada ou dormente) – duração diferenciada, que marca mais ou menos os acontecimentos. Podemos relacionar a questão de ciclos (desde muito curtos até extremamente longos) ao que tenho chamado microacontecimentos e macroacontecimentos, estes, certamente, ficando ativados por mais tempo na memória discursiva.

Possenti finaliza entrevedo que essa noção plural de acontecimento poderia fazer repensar a concepção de sujeito em AD, relacionada às de esquecimento e de memória. É uma perspectiva promissora.

3.4 Acontecimento histórico e acontecimento discursivo

Em *Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”*, Rassi (2012) relaciona as noções de acontecimento histórico, acontecimento discursivo e acontecimento linguístico na constituição de sentidos da identidade feminina. A autora identifica, de saída, a “marcha das vadias” como acontecimento discursivo, que por sua vez levou a um acontecimento linguístico.

Ela parte de um fato ocorrido no Canadá, o estupro de mulheres na Universidade de Toronto em 2011, e da declaração de um policial, de que “As mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas” – declaração que circulou fartamente na mídia (local e mundial), produzindo efeitos de sentido “até chegar a ser considerado um *acontecimento*” (RASSI, 2012, p. 43).

Para conceituar os três tipos de acontecimento com que lida, a autora inicia retomando Pêcheux (como já visto aqui): acontecimento – “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” – significando que se trata de uma correlação entre fato e modo de percepção e circulação, e forma de manutenção na memória coletiva.

Discursivamente, um acontecimento histórico interessa pela possibilidade de ser discursivizado (para aparecer como *escrita*, digamos), resultando em efeitos de sentido variados. Rassi situa a palavra ‘vadia’ usada pelo policial com referência ao fato dos estupros, afirmando que seus efeitos de sentido se modificaram nas manifestações que atualizaram o fato, transformando-se a *Marcha das vadias* em *acontecimento discursivo*, cuja natureza diz respeito a um “gesto de leitura” da trama de enunciados formulados num interstício temporal, que, em última análise, provêm uma ruptura da memória, anunciando uma mudança no conceito de “ser mulher”. Quanto a acontecimento linguístico, incidiria sobre uma mudança linguística resultante da atualização de discursos numa prática.

Rassi trabalha a expressão “vadia”/“vagabunda” apontando uma faceta da masculinidade como “não culpada”, o que resultou nos movimentos de protesto femininos em vários países. Originou-se daí a denominação: “Marcha das vadias”. As mulheres “vestem a camisa”, como paródia (há uma adoção modalizada da voz do outro, para torná-la ridícula)¹⁴ e saem às ruas com cartazes e pintura corporal, atualizando e reatualizando os dizeres a cada manifesto: é assim que a expressão ‘vadias’ é recusada e atualizada em palavra de ordem. Enunciados que circularam na ocasião – “O único responsável por um estupro é o próprio estuprador”; “Lugar de mulher é onde ela quiser” – trazem indícios de um acontecimento discursivo.

Observo que nem sempre, relativamente a um acontecimento histórico, a reação é tão contundente, produzindo impacto estrutural na sociedade e na cultura. Contudo, é também por deixarmos um acontecimento “passar” e “sumir” na memória que não se tornam perceptíveis movimentos subterrâneos capazes de causar impacto em algum momento.

O acontecimento linguístico correspondente ao movimento é mostrado como consequência do processo, via perspectiva de Guilhaumou (historiador do discurso), que evoca a gramatização (no sentido de Sylvain Aurox) das línguas e em seus interstícios as possibilidades de mudança/inação nos espaços intersubjetivos. Observo que a neologia é fenômeno de impacto nesse processo, que está vinculado aos acontecimentos históricos e discursivos, fornecendo camadas de análise ao pesquisador, a partir da compreensão de como, numa *hiperlíngua* (cf. AUROUX, 1994), os sujeitos se comportam.

¹⁴ Cf. o vídeo (produzido na Índia) “It’s your fault”: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=PdPefSCx-uc>>. Nesse vídeo, a tela final estampa: “Stop blaming the victim” (Pare de culpar a vítima).

3.5 Memória e acontecimento discursivo

Orlandi (2012) escolhe, no texto *Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação*, dar foco ao político em um discurso do campo da arte, um documentário que prima por ser um “memorial”: “uma manifestação de desempregados, na busca de apoio da sociedade para a solução de seus problemas, entre os quais, e não menor, estava a fome” (2012, p. 55) – num momento político de instalação da ditadura no Brasil. O documentário *São Carlos/1968* foi produzido pelo cineasta João Massarolo. A questão está vinculada às interpretações que ele provocou: na cidade, na sociedade, no Poder. É preciso lidar com o real da história, o real do acontecimento nas malhas do imaginário, que não vê ou silencia o caráter político da manifestação.

Para explicar o acontecimento discursivo neste caso, Orlandi examina a natureza do material analisado: movimento, sons, cores, imagens, dizeres – e é por esses meios que o autor do documentário se inscreve em filiações discursivas. Ela mostra que o documentário foi produzido com diferentes materialidades discursivas (ponto de encontro de uma memória e uma atualidade), e que recorta uma memória, produzindo um efeito, trazendo a memória para a atualidade, recortando o real, significando. No processo, engloba a historicidade, o interdiscurso, o esquecimento.

Para produzir um efeito pelo documentário que apresenta, tornando-o um acontecimento, o material trabalha um passado, presentificando, atualizando, criando, mexendo com o interdiscurso e a memória institucional (arquivo): “para significar o acontecimento, o documentário põe em contradição o que se esquece e o que não é para esquecer. [...] realiza em seu funcionamento uma ruptura do mesmo, mostrando-o” (p. 59). Ele historiciza, constrói uma versão. “O documentário é um acontecimento discursivo que faz com que *algo* apareça como acontecimento. Ele constrói o acontecimento de que fala” (p. 59), e por esse gesto “*produz* um passado” (p. 59).

Salvo melhor juízo, não há nesse texto referência explícita à noção de formação discursiva.

4. Discutindo...

Pelas materialidades exploradas, pode-se perceber certa instabilidade: interpretação, associação de noções, silenciamento, acepções de orientação diversa, marcando estudos em progresso.

Tomando como relevante a noção de *acontecimento* como princípio de funcionamento discursivo, vejamos como soa a seguinte percepção, presumindo a manutenção das categorias memória/atualidade/abertura ao devir (trajetos).

O ponto de partida seria um campo, um arquivo estabelecido hipoteticamente pelo pesquisador.

1. *Acontecimento discursivo a partir do interior*: uma irrupção do interior numa filiação (uma esfera tópica institucional, um gênero, uma comunidade discursiva) – algo estranho (heterogêneo no próprio registro), porque historicamente esquecido, pode produzir reações. Por exemplo, uma palavra não usual tal como *fazimento/refazimento*, uma expressão de afetação não mais bem aceita; um lema, um slogan, um programa que aparentemente inova numa área¹⁵, uma ideia extravagante¹⁶). Seria uma metáfora, nesse sentido, mobilizada nos contornos do próprio arquivo, ou seja, um deslizamento; por hipótese, ter-se-ia a percepção inicial de um microacontecimento.

2. *Acontecimento discursivo a partir da exterioridade*: produzido com material de outro campo/arquivo tal como formado historicamente, ou seja, com suas próprias filiações – metáfora viva. Não se trataria de simples deslizamento, mas de transposição de campo, de arquivo, de FD, como se quisesse. Por hipótese, ter-se-ia a percepção de um macroacontecimento. Retomo Pêcheux para justificar:

é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, [1984] 2011a, p. 158, grifos do autor)

Trago novamente Orlandi (1996):

Onde está o mesmo, está o diferente. A separação entre paráfrase e polissemia não é clara nem permanente. (p. 93)

Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução. No entanto, isto não significa, por si, que haja transformação do sentido (sentido “novo”), ruptura. (p. 93)

¹⁵ A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) admite a organização do ensino em séries ou em ciclos, e escolas brasileiras têm experimentado a segunda opção como algo que pode ser visto como inovação.

¹⁶ Sempre pode haver um retrô bem-sucedido, como se tem observado ultimamente em várias áreas.

a noção de repetição – empírica, formal e histórica – supõe tanto o fechamento quanto a possibilidade de deslocamento, embora ambos sejam retorno, interpretação. (p. 93);

como não trabalhamos só com a estrutura mas também com o acontecimento da linguagem, esses aspectos que tocam o acaso, o equívoco e a forma histórica da interpretação são levados em conta na compreensão de cada gesto de interpretação. (p. 98).

Incluo outra formulação da autora (ORLANDI, 2001, p. 21), quando enfatiza que na opacidade do texto estão presentes o político, o simbólico, o ideológico, o fato mesmo do *funcionamento*, implicado pela inscrição da língua na história:

A ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento [...], articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco.

Isto é, sem o componente histórico o acontecimento é negado.

Como dito antes, a metáfora está implicada na movimentação que impele o acontecimento discursivo; ela mobiliza o espaço-tempo. Não se trata de situá-la num ponto específico da cadeia enunciativa (ou no movimento não linear produzido em contexto icônico, como numa charge), que configuraria apenas um ponto visível ou cicatriz textual, pista para o processo interpretativo, que por sua vez levaria ao funcionamento ideológico espaçotemporal. Entretanto, assim como temos a percepção de viver a língua numa sincronia, também os acontecimentos discursivos não são sempre imediatamente perceptíveis. Eles o são quando há mudanças marcantes a partir de acontecimentos históricos notáveis ou de longa duração, e também não observados por toda uma comunidade. Contudo, mesmo os movimentos sutis produzidos por manifestações rotineiras discretas ou silenciosas (subterrâneas) são marcas que, mais tarde, afetarão mais ou menos as filiações, a gênese, e portanto as subjetividades.

Não existe apenas estrutura (a estabilidade é utópica), mesmo quando impera alguma limitação extrema às manifestações discursivas. Para mostrar isso, Pêcheux buscava encontrar uma direção que não alijasse o histórico da língua, nas ciências humanas – ou seja, nas ciências que não dispensam a interpretação e não prescindem da historicidade, em seu caráter de prática discursiva no conjunto das relações de poder.

Ao focalizar estrutura/acontecimento, Pêcheux também estava questionando o estatuto teórico e heurístico da noção de formação discursiva, que prima pela alteridade; no que chamou

de terceira época da AD, ele focou justamente a “desconstrução das maquinarias discursivas” (cf. 1990b, p. 298). Diz também, em *Le discours: structure ou événement?*, que a noção de formação discursiva derivou comumente “para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo votada à repetição” (1990b, p. 322, tradução minha), e que, com isso, tal concepção estrutural da discursividade levaria a um apagamento do acontecimento.

Pêcheux estaria demonstrando, com seu exemplo, como a alteridade funciona no discurso político, *do exterior* do discurso político, no caso, pelo povo (Ganhamos!) e pela mídia (espetáculo, show – como nos atuais rituais de formatura). O próprio espaço do discurso político se moveu e assumiu a espetacularização como parte de seu funcionamento e identidade. Mas por esse fato o espaço do político não se transformou essencialmente em outra coisa. Tais movimentos acabam deixando um sintoma na língua (acontecimento linguístico), marcando o que a história registra, por meio de certas manobras lexicais que criam cruzamentos produtivos, mas o acontecimento linguístico já resulta do acontecimento discursivo em sua historicidade, tal como mostra Rassi (2012).

Então, o que a AD se dá como tarefa é trabalhar seu objeto como interdiscursividade, com redes de memória e trajetos temáticos num momento histórico. A questão toda, parece-me, seria *como, em que níveis e com que impacto* os acontecimentos discursivos se efetuam e como produzem efeitos (devir).

Para marcar isso, relembro uma análise emblemática, feita por Barthes (2004).

5. Barthes e “A escrita do acontecimento”

O texto de Barthes (2004), de 1968, é um comentário ao evento de Maio de 68. Ele diz que esse “abalo nacional” na França teria sido escrito de três modos diferentes, e a conjugação dessas formas lhe daria sua originalidade histórica. Para mim, o que ressalta a caracterização e a importância disso em termos de acontecimento discursivo é o que segue:

a) *a fala radiofônica* (em rádios não estatais) se colava ao acontecimento à medida que ele ia se produzindo, de modo direto, pela palavra oral (Barthes chamou isso de “história auditiva”). Ela aparece “misturada com o acontecimento, com a opacidade mesma do seu presente [...] ela era o próprio acontecimento” (p. 191, 192), ato e discurso, sem distância a controlar, mudando com os fatos;

b) *as relações de força entre grupos/partidos* envolvidos na crise foram essencialmente faladas (comunicado, conferência, declaração). “Não só a crise teve a sua linguagem, mas também a crise foi linguagem” (p. 193);

c) *a palavra estudantil* jorrou, inscrevendo-se em toda parte. Foi, diz Barthes, uma espécie de *Tomada da palavra* (rememorando a *Tomada da Bastilha*). Se ao estudante se lhe frustrava a palavra, agora ele fazia dela um uso ativo, circulando em três modalidades: 1. uma palavra selvagem, baseada em achados da forma (*É proibido proibir*), que tomou os muros como forma de inscrição; 2. uma palavra instrumentalmente missionária, fazendo circular estereótipos da cultura política; 3. uma palavra funcionalista, trazendo projetos de reforma para a Universidade.

A essa Palavra se associou um conjunto de símbolos: bandeiras, cores, barricada, monumentos – tudo linguagem) – o que lhe deu um alcance coletivo, que parece o lance principal para a efetivação do acontecimento.

Barthes (p. 197, 198) amarra esse conjunto a dois postulados (polêmicos), lembrando (com Derrida): 1) que fala também é aquilo que se transcreve ou translitera, *voz de qualquer reivindicação*, enquanto *escritura* implica ruptura com um sistema simbólico. Com isso, lembra que um acontecimento só pode fornecer “fragmentos marginais de escritura”, que não garantem que não vá se conservar o antigo sistema simbólico; 2) não haverá mutação simbólica se nós mesmos não rompermos primeiro o sistema de sentido que o acontecimento pretende abalar – o que “demanda um trabalho contínuo” de provocação de novas regras, de um novo discurso mexendo com “estruturas múltiplas”.

A partir dessa perspectiva (como continuidade), o texto de Orlandi (1999) em *Papel da memória* tematiza o silêncio da memória no Maio de 68. Olhando a violência e a censura, ela escreve que “interessa vê-lo [o Maio 68], enquanto acontecimento discursivo [...], como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso (neo)liberal.” (p. 59). O fato histórico explosivo, enquanto tal, “abria para uma nova discursividade”, mas o novo discurso foi frustrado, silenciado. E pergunta-se o que significaria Maio de 68 hoje, lembrando o alerta de Pêcheux para “a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço de memória” (p. 60). Assim é que o movimento pela “liberdade” (palavra-chave) se parafraseia por palavras de ordem ou slogans.

Contudo, ela se propõe a analisar outro fato, no caso da história brasileira dos anos 1960. Aqui o “É proibido proibir” era proibido, interditado ao povo em geral, visto estarmos numa ditadura – a censura do poder era história.

6. Fechando...

O que me motivou a realizar este ensaio foram os conflitos ressentidos a partir da observação dos vários gestos interpretativos para compreender, no campo da AD, as duas categorias complementares reconhecidas como *estrutura* e *acontecimento*, especialmente a partir da última obra de Pêcheux. Para refletir sobre elas, na rede que se formou no campo, retomei os passos de Michel Pêcheux na construção, deslocamento ou desconstrução de outras categorias, conduzindo a um novo percurso em sua relação com os campos que pôs em contato. Defendi, então, uma abordagem de tais componentes teóricos em conformidade com os últimos estudos de Pêcheux, apresentando argumentos para considerar a relação estrutura/acontecimento como um princípio da teoria, resguardado pela historicidade, em vez de uma possibilidade entre outras de construir a discursividade.

Lembro que, no campo da História, com o ressurgimento do debate sobre se os historiadores devem dar prioridade, em suas obras, ao estrutural ou ao narrativo (acontecimento), entre outros problemas da área, Peter Burke (1992) escreve que “não deveríamos nos esquecer de questionar a relação entre acontecimentos e estruturas. Trabalhando nesta área central, pode ser possível ir além das duas posições opostas para alcançar uma síntese.” (BURKE, 1992, p. 334). Pêcheux estaria às voltas com essas contradições, em suas últimas reflexões.

Chegando a este ponto, em que as reflexões continuam produzindo efeitos em surdina, ocorrem-me questões instigantes que derivam daí.

1. O acontecimento discursivo poderia, eventualmente, ser olhado apenas a partir do acontecimento histórico, sem o qual ele não surgiria? Nesse sentido (do histórico para o discursivo), não estaria restringindo o fenômeno do discurso a casos particulares de eventos selecionados como notícia, passando para o espaço da mídia, que os canaliza para o grande público?

3. Se discurso deve ser abordado em sua condição de efeitos de sentido entre posições-sujeito, a noção restritiva de acontecimento discursivo não tiraria à miríade de discursos do cotidiano a possibilidade de sua existência, independentemente de suas filiações?

4. Se, no âmago da noção de acontecimento, não permanecer o que estava em sua origem – a noção de enunciação benvenistiana como fenômeno único – o que restará para a concepção de discurso? Há manifestação enunciativa que não comporte a possibilidade de produzir efeitos de sentido e ruptura de sentido?

5. Como afirmar, para um momento histórico, que se quebrou de fato uma rede estabelecida de filiações com suas regularidades? Ou uma série enunciativa?

6. Enfim: qual a vantagem/pertinência teórica dessas noções intercalares – acontecimento histórico/acontecimento enunciativo/acontecimento discursivo/ acontecimento linguístico em um regime discursivo?

Um estudo sempre abre para outras questões. Deixo estas para reflexões vindouras, que associem o ponto de vista mais específico dos historiadores-linguistas.

Referências bibliográficas

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. *et alii*. **Papel da memória**. Trad. e intr. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, [1983] 1999. p. 11-21.

AUROUX, S. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 241-251.

AUTHIER-REVUZ, D. Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages**, n. 73, p. 98-111, 1984. **crossref** <http://dx.doi.org/10.3406/lgge.1984.1167>

BARONAS, R. L.; AGUIAR, G. F. de. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo : o político na charge. **Bakhtiniana**, v. 1, n. 2, p. 165-182, 2º sem. 2009.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In : _____ (Org.). **A escrita da história : novas perspectivas**. São Paulo : Ed. da Unesp, [1991] 1992. p. 327-348.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa : Ed. Vega Ltda., 1996.

GADET, F. Tricher la langue. In: CONEIN, B. *et al*. **Matérialités discursives** – Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 117-126.

GREGOLIN, M. do R. AD: descrever-interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 19-34.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido : mídia e produção de identidades. **WebRevista Discursividade**, n. 2, s.p., dez. 2008. Disponível em : <www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02>. Acesso em: 2 jan. 2014.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. De nouveaux gestes de lecture ou le point de vue de l'analyse de discours sur le sens. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (Orgs.). **Discours et archive**: expérimentations en analyse du discours. Liège: Pierre Mardaga, [1990] 1994. p. 193-202.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours** – textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, 1990.

_____. L'inquiétude du discours. Un trajet dans l'histoire de l'analyse du discours : le travail de Michel Pêcheux. **Semen**, n. 8, 1993. Disponível em : <<http://semen.revues.org/4351>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

OLIVEIRA, I. La métaphore est-elle la marque de l'insuffisance de l'esprit? **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 203-210, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59865/62974>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987. p. 9-10.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Documentário : acontecimento discursivo, memória e interpretação. In : _____. **Discurso em análise** : sujeito, sentido, ideologia. Campinas : Pontes, 2012. p. 55-67.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In : ORLANI, E.P. (Org.). **Gestos de leitura** : da história no discurso. Campinas (SP) : Ed. Unicamp, [1982] 1994. p. 55-66.

_____. Lecture et mémoire : projet de recherche. In : MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**. Paris : Editions des Cendres, [1983] 1990a, p. 285-293.

_____. Analyse de discours : trois époques. In: MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours** – textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, [1983] 1990b, p. 295-302.

_____. Le discours: structure ou événement? In: MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours** – textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, [1983] 1990c, p. 303-323.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et alii. **Papel da memória**. Trad. e intr.. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, [1983] 1999. p. 49-57.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, [1984] 2011a. p. 151-161.

_____. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, [1984] 2011b. p. 227-230.

POSSENTI, S. A noção de acontecimento. In: _____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009. p. 119-126.

RASSI, A. P. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Rev. Hist. UEG**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 43-63, jan./jun. 2012.

SARGENTINI, V. M. O. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

Artigo recebido em: 20.01.2015

Artigo aprovado em: 08.06.2015